

**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

## PROJETO BÁSICO

**PROCESSO Nº 23292.06978/2022-93**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina pretende contratar a empresa OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA-EPP, para ofertar “*in company*” o curso “EFD-Reinf e DCTFWeb ONLINE E AO VIVO”, aos servidores do IFSC responsáveis pelas liquidações de notas fiscais, em consonância com a planilha de especificações técnicas mínimas, com base na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, nos artigos 25, inciso II e 13, inciso VI, e nas demais normas legais e regulamentares.

### 1. JUSTIFICATIVA

#### 1.1 DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O curso *in company* de EFD-Reinf e DCTFWeb ONLINE E AO VIVO tem por objetivo a capacitação dos servidores do IFSC responsáveis pelas liquidações de notas fiscais e faturas e suas respectivas retenções, quando cabíveis. Isso porque, a instrução normativa 2.043 da Receita Federal do Brasil de 12 de Agosto de 2021 em seu Art. 5 e inciso V, determina que os entes públicos deverão apresentar a EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) a partir “das 8 (oito) horas de 22 de abril de 2022, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2022.

Além disso, conforme o Art. 6 da referida IN o EFD-Reinf deverá ser transmitida ao SPED mensalmente até o dia 15 do mês subsequente a que se refere a escrituração.

Já a instrução normativa 2.005 de 19 de Janeiro de 2022 trata da implantação da DCTFWeb (Declaração de Débitos e créditos tributários federais) que conforme dispõe o art. 19º, § 1º, inciso IV deverá ser implantado a partir do mês de Junho de 2022 para os entes da administração pública.

Destarte, o IFSC deverá a partir destas determinações legais cumprir com as obrigações e dentro dos prazos estipulados para que não incorramos em sanções.

Como atualmente temos liquidantes em todos os Campus, será necessário que a capacitação seja feita para pelo menos 1 representante de cada Campus e Reitoria a fim de que todos cumpram de forma correta estas determinações.

Destaca-se, por fim que o quadro de servidores do IFSC não dispõe de profissional que tenha conhecimento, experiência e certificação necessária para ministrar o curso planejado.

#### 1.2 DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

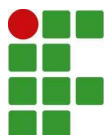
A contratação direta do treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II da Lei 8666/93.

Nesse sentido, a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, do Advogado-Geral da União:

*Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da lei nº 8.666/93, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e*

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

*aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista.*

*Determina a Lei nº 8.666, de 1993, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, desde que configurada a natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação. Ainda, define como sendo de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

*Com relação à contratação direta com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização.*

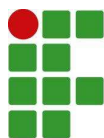
*Verifica-se, que a presente contratação envolve a contratação de conferencista e que, sobretudo, o curso em questão não é padronizado, comum ou básico. Pelo contrário, trata-se de tema bastante específico, com interconexão com vários outros assuntos, da seara pedagógica, sendo inviável licitar tal objeto, pela incomparabilidade objetiva entre as propostas.*

*O pressuposto objetivo demanda que o serviço a ser contratado por meio da inexigibilidade requeira os préstimos de especialista, a ponto de recusar critérios objetivos de julgamento. A existência de critérios objetivos para comparar os especialistas requisitados impõe a obrigatoriedade de licitação pública. O ponto nodal encontra-se na objetividade ou subjetividade dos critérios de julgamento. A inexigibilidade ocorre somente nas hipóteses em que o serviço pretendido pela Administração Pública é apreciado por critério subjetivo, isto é, em que a comparação entre os profissionais habilitados a prestá-lo é condicionada à apreciação subjetiva.*

*A propósito do pressuposto subjetivo, o inciso II o artigo 25 da Lei nº 8.666/93 prescreve a inexigibilidade para contratação dos serviços técnicos, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização. O texto é claro ao exigir que o contratado seja reputado notório especialista.*

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

*Ou seja, tratando-se de um serviço técnico especializado, a escolha do fornecedor desse objeto singular envolve uma análise criteriosa que leva em consideração tanto aspectos objetivos como subjetivos, que se correlacionam, inviabilizando o cotejamento entre propostas no âmbito dos processos formais de licitação.*

*Por outro lado, um procedimento menos rigoroso traria um enorme risco de frustração, pois diferentemente de outros objetos, em que se pode devolver o bem ou não aceitar os serviços, nesses casos a insatisfatória prestação é difícil de ser caracterizada e há todo um gasto adicional na participação dos servidores no curso, para só então verificar que ele não atende aos objetivos almejados. Seria um enorme desperdício de tempo, dinheiro e da oportunidade de se contratar conjuntamente.*

*Isso não significa, contudo, que a escolha possa ser arbitrária, desprovida de critérios objetivos ou aleatória. Deve ela seguir um procedimento que garanta a aplicação dos princípios da impessoalidade e da eficiência, demonstrando-se que a decisão tomada é a que melhor atende ao interesse público específico, pagando-se um preço adequado.*

Tendo o ministrante do curso notório conhecimento sobre o tema abordado, conforme comprovado pela Declaração de Exclusividade de Treinamento apresentada pela empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda, fica caracterizada a **inviabilidade de competição** e, em consequência desta, declarada a **inexigibilidade licitatória**.

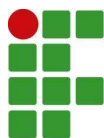
### 1.3 DO PREÇO

Conforme proposta apresentada pela empresa promotora da capacitação, o valor total a ser cobrado do IFSC será de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) para 25 participantes, ou seja, o custo por participante será de R\$ 980,00.

Conforme empenhos recebidos, visando justificar o valor ofertado ao IFSC e para comprovar que o preço está compatível com os praticados no mercado e no âmbito da Administração Pública temos os seguintes valores em relação ao número de inscritos:

Órgão	Realização do curso	Valor TOTAL	Número de inscritos	Valor por inscrito
Cia. De Trânsito de Macapá	2022	R\$ 1.487,00	1	R\$ 1.487,00
Justiça Federal de 1ª Grau - BA	2022	R\$ 2.974,00	2	R\$ 1.487,00
Governo do Estado da Bahia	2022	R\$ 2.974,00	2	R\$ 1.487,00

Por fim, verificou-se a indisponibilidade de curso similar ofertado pela ENAP, conforme consulta no catálogo de cursos.



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

## 2. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para ministrar “*in company*” o curso de “EFD-Reinf e DCTFWeb ONLINE E AO VIVO” para 25 servidores do IFSC responsáveis pelas liquidações de notas fiscais, no período de 29 a 31/03/2022.

## 3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DA EMPRESA

A Open Treinamentos Empresariais atua na prestação de serviços de capacitação e treinamento para entidades públicas e privadas de todo o Brasil.

Como diferenciais a empresa apresentou a carta de exclusividade, ao qual indica ser a única empresa a realizar o curso de EFD Reinf e DCTFWeb para órgãos públicos 100% online e ao vivo com a carga horária de 12 horas e com o respectivo livro na versão digital intitulado “Gestão Tributária de Contratos e Convênios” do Autor Alexandre Marques Andrade Lemos.

Ademais, os instrutores do curso, Alexandre Marques Andrade Lemos e Gustavo Reis, possuem formação acadêmica em Direito, detêm experiência na área tributária e ampla experiência como instrutores nos tópicos do curso a ser contratado, como ficou demonstrado pelos currículos que compõem o processo.

E reforçando a experiência da empresa em ministrar cursos na área tributária e áreas correlatas a empresa encaminhou as declarações de capacidade técnica emitidos por algumas instituições, que foram anexados ao processo.

## 4. CRONOGRAMA DO CURSO

A carga horária do curso será de 12 horas de aulas entre os dias 29 a 31 de março de 2022 da seguinte forma das 08:00 as 12:00.

A programação detalhada dos tópicos abordados em cada dia consta na proposta encaminhada pela empresa.

## 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 Possuir a documentação obrigatória atualizada junto a receita federal e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) emitida no portal da transparência, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA) emitida no CNJ e Cadastro dos Inabilitados e Inidôneos emitido pelo TCU);

5.2 Comprovante da capacidade técnica e notório saber para a execução do serviço;

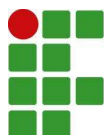
5.3 Indicar o preço, incluso impostos (federais, estaduais, municipais), taxas, seguros, fretes e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre a formação do preço;

5.4 Prever na proposta todos os componentes, diretos e indiretos, pertinentes à formação do preço do objeto cotado;

5.5 Executar o serviço o objeto no prazo identificado na proposta do evento;

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | CNPJ 11.402.887/0001-60



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

a) Caso houver mudança na data do evento esta deverá ser comunicada com antecedência de 15 (quinze) dias.

5.6 Retirar a nota de empenho em até 03 (três) dias úteis, após a convocação;

5.7 Responder pelas perdas e danos causados por seus empregados, durante a execução do objeto, ainda que involuntariamente, às instalações do prédio, máquinas, equipamentos e demais bens do IFSC, substituindo os referidos bens por outros semelhantes em prazo que lhe será expressamente definido pela Contratante;

5.8 Refazer os serviços, objeto deste Projeto Básico, que apresentarem qualquer tipo de defeito ou que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, após a comunicação formal do IFSC. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que formalizado, justificado e aceito pelo IFSC;

5.9 Fornecer material didático para uso nas aulas práticas e nas dinâmicas;

5.10 Todo o objeto deverá ser executado no prazo, nas condições e locais conforme consta neste Projeto Básico;

5.11 Fornecer os acessos com login e senha para os servidores inscritos;

5.12 Executar todo o objeto no prazo, nas condições e locais conforme consta no Projeto Básico.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Proporcionar ao Contratado as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a contratação;

6.2 Prestar ao contratado todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;

6.3 Emitir aos servidores participantes, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático;

6.3 Aplicar as penalidades pelo descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas, sanções que incluirão o registro de ocorrência junto ao sistema SICAF e até restrições quanto à contratação junto a Administração Pública Federal.

## 7. LOCAL DE EXECUÇÃO

O curso será ofertado no formato *on line*.

## 8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

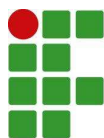
8.1 As propostas a serem apresentadas devem atender no mínimo as especificações, quantidades e o preço máximo por item, conforme informados na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$
1	CONTRATAÇÃO DE CAPACITAÇÃO “IN COMPANY” DO CURSO “EFD-REINF E DCTFWEB ONLINE E AO VIVO”, para 25 servidores do da Reitoria e Câmpus do IFSC.	SERVIÇO	1	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60





**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

## 9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Sobre o orçamento, declaramos que há disponibilidade orçamentária e financeira para atender as despesas estimadas em questão, considerando as informações prestadas pelo Departamento de Orçamentos e Finanças do IFSC, confirmadas pelo **pré-empenho nº 2022PE000028**, com as seguintes classificações: Orçamento através da Natureza da Despesa 339039, Programa de Trabalho Resumido 171267, Fonte de Recursos 8100000000, com valor total de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), UGR 152599 IFSC Rede.

## 10. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1 Em caso de não envio da documentação de habilitação, inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, quantidade inferior ao solicitado, não prestação de garantia do material, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas, garantida prévia defesa:

I - advertência.

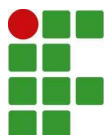
II - multas:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total do somatório dos itens entregues com atraso (NE), por dia de atraso na entrega do material, limitados a 10% (dez por cento) do mesmo valor
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho (NE), por infração a qualquer cláusula ou condição deste Projeto Básico, não especificada na alínea “a” deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta de preços vencedora, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em retirar a Nota de Empenho ou deixar de apresentar os documentos exigidos, nos prazos e condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Proposta de preços, no caso de rescisão do contrato por ato unilateral da administração, motivada por culpa da Contratada, garantida a prévia defesa, independente das demais sanções cabíveis;
- e) de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de não-substituição do material no prazo determinado, caso não esteja de acordo com a especificação exigida neste Projeto Básico, limitada a incidência a 10 (dez) dias úteis. Após o décimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do material e/ou a sua substituição, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida;

III - Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 02 (DOIS) anos, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida, apresentar

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | CNPJ 11.402.887/0001-60



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no item II.

10.2 No processo de aplicação de sanções, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, facultada defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

10.3 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas aqui estipuladas e também previstas na Lei 8.666/93.

10.4 O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente, com a inscrição na Dívida Ativa da União.

10.4.1 Não havendo o pagamento da multa no vencimento constante na GRU e, inexistente garantia contratual, haverá a atualização dos valores conforme fórmula constante no item 9 deste Projeto básico.

10.5 As sanções previstas nos incisos I e III deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1 O pagamento deverá ser efetuado integral após a prestação do serviço, o aceite definitivo do serviço, em sua totalidade, e atesto da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança;

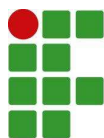
11.2 Serão retidos na fonte os Impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto desta licitação, conforme IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações.

11.3 Não haverá a retenção prevista no subitem 14.2 caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou se encontre em uma das situações elencadas no artigo 4º da IN RFB 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira, devido pelo Contratante será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | www.ifsc.edu.br | CNPJ 11.402.887/0001-60



**INSTITUTO FEDERAL**  
Santa Catarina

Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA**

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da prestação a ser paga

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} = \frac{6}{100 \times 365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da Taxa anual = 6%.

## 12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 Fica substituído o instrumento de contrato pela nota de empenho e as obrigações constantes no Projeto básico, nos termos do Artigo 62 da Lei 8666/93.

Por todo o exposto, propomos a aprovação do presente Projeto Básico, visando posterior contratação de pessoa jurídica para realização do SERVIÇO.

Aprovadas as providencias, encaminhe-se o Processo ao Departamento requisitante para as providencias que se fizerem necessárias relativas contratação da Pessoa Jurídica.

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2022.

PAULA DE SOUZA MICHELON

Chefia do Departamento de Orçamento e Execução Financeira

DE ACORDO,

Autorizo o prosseguimento do presente processo na forma apresentada neste Projeto Básico Encaminhe-se ao Departamento competente para continuidade.

Diretoria de Administração do IFSC

**Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria**

Rua: 14 de julho, 150 | Coqueiros | Florianópolis/SC | CEP: 88.075-010  
Fone: (48) 3877-9000 | [www.ifsc.edu.br](http://www.ifsc.edu.br) | CNPJ 11.402.887/0001-60